

RECURSO ESPECIAL Nº 1.456.974 - MG (2014/0127622-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : **ZAQUIA COZAC**
RECORRENTE : **MARIA CRISTINA COZAC MAIA**
ADVOGADO : **ALEXANDRE JUNQUEIRA DE CASTRO E OUTRO(S) - MG063375**
RECORRIDO : **HAROLD COZAC WINSTON**
ADVOGADO : **RODRIGO DA CUNHA PEREIRA E OUTRO(S) - MG037728N**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 511):

EMENTA: DIREITO SUCESSÓRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVENTÁRIO. PEDIDO DE HABILITAÇÃO DE TERCEIRO. TRÂMITE EM OUTRA VARA DE AÇÃO DECLARATÓRIA DE RECONHECIMENTO DE MATERNIDADE C/C MODIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. RESERVA DE QUINHÃO HEREDITÁRIO. PODER GERAL DE CAUTELA DO JUIZ. ART. 1000, PARÁGRAFO ÚNICO E ART. 1001, DO CPC.

REFORMA DA DECISÃO A QUO. REQUISITOS. AUSÊNCIA.

- O Julgador, no exercício do poder geral de cautela, adota as providências que lhe afiguram cabíveis, buscando, ao agir dessa forma, garantir a efetividade do processo.

- Se o reconhecimento da relação materno-filial arguida pelo agravado, que pretende sua habilitação como herdeiro nos autos do inventário em curso, é questão de alta indagação a ser discutida nas vias ordinárias, cumpre aguardar o seu deslinde, mantendo-se, por ora, a reserva do quinhão hereditário.

- O 'periculum in mora' está caracterizado em desfavor do próprio agravado, visto que posterior reconhecimento da relação entre ele e a .de cujus poderá resultar na reabertura do processo sucessório, com risco de não ser possível repor o monte partível no estado anterior.

- Nessa fase processual, diante da pendência de demanda judicial discutindo a existência ou não da filiação socioafetiva, a reserva do quinhão hereditário afigura-se a melhor alternativa, de caráter preventivo.

- Rejeitada preliminar e recurso não provido.

O recurso especial (e-STJ fls. 520/534), fundamentado no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da CF, aponta ofensa ao art. 1.001 do CPC/1973. Sustenta que não há falar em reserva de quinhão no inventário se o suposto preterido não é parte legítima para figurar nos autos do inventário.

Argumenta que não há indício de que o recorrido seja herdeiro ou legatário, não sendo suficiente para conceder a reserva de quinhão o fato de ele ter proposto ação de reconhecimento de maternidade socioafetiva.

Anota que "não há nos autos a demonstração da presença do *fumus boni iuris*, sendo certo que o Recorrido não comprovou o mínimo de verossimilhança em suas alegações" (e-STJ fl. 528).

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 556/564).

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece provimento.

Inicialmente, importa ressaltar que a reserva de quinhão hereditário consiste em medida de natureza acautelatória que visa dar efetividade ao processo de inventário, mantendo indisponível parte da herança enquanto se aguarda a solução do pedido de ingresso de outros herdeiros no feito.

No caso, o Juízo do inventário determinou a reserva de quinhão enquanto pendente ação declaratória de maternidade socioafetiva, decisão confirmada pelo Tribunal de origem nos seguintes termos:

Nessa senda, afigura-se correta a r. decisão monocrática ao determinar a reserva do quinhão que caberia ao agravado, diante da possibilidade de assumir a condição de herdeiro da *de cujus*, nos exatos termos do art. 1000, parágrafo único, e art. 1001, do CPC:

[...]

Decerto, como verdadeira medida cautelar, bem laborou o MM. Juiz singular ao reservar possível quinhão ao agravado, que se diz filho socioafetivo, e, por conseguinte, herdeiro da *de cujus*.

Doutrina e jurisprudência apontam que a reserva de quinhão constitui verdadeira medida cautelar, sendo necessária a presença de seus requisitos, *periculum in mora* e *fumus boni iuris*.

O agravado comprovou a existência de ação própria em andamento da 7ª Vara de Família desta Capital, onde a questão será dirimida, e juntou vários documentos com que pretende demonstrar a existência do vínculo.

No que concerne à reserva de bens mencionada no artigo citado, o *fumus boni iuris* se verifica presente na propositura da ação de reconhecimento de maternidade, e, o *periculum in mora* está caracterizado no próprio pedido de reserva, porquanto o posterior reconhecimento da relação entre o agravado e N.C. gerará o desfazimento da partilha com risco de não ser possível repor o monte partível no estado anterior.

Ademais, a reserva do quinhão hereditário, no percentual de 50% em favor do agravado, a princípio, não trará prejuízos às agravantes, especialmente a Z. C., que sequer figura como herdeira, nem mesmo a M. C. C. M., até o momento, única herdeira nos autos de inventário.

Nessa fase processual, diante da pendência de demanda judicial discutindo a existência ou não da filiação socioafetiva, a reserva do quinhão hereditário afigura-se a melhor alternativa, de caráter preventivo.

Evita-se, pela adoção dessa medida de natureza cautelar, que suposto direito à herança do agravado seja de imediato preterido, bem como obsta, assim agindo, que seja concluída eventual partilha, a qual, futuramente, poderá ser desfeita, reabrindo-se todo o processo sucessório, com risco de não ser possível repor o monte partível no estado anterior.

Data venha, salvo melhor juízo, permitir que o inventário siga o curso normal, ignorando o fato sub judice, iria de encontro à efetividade processual, ao permitir a realização de atos inócuos, em virtude da possibilidade de posterior retificação de partilha, a meu ver, um contrassenso.

Por outro giro, também não antevejo o risco de dano caso mantida a r. decisão objurgada, porquanto não há que se falar em prejuízo ao suposto direito de sucessão da agravante, visto que, ao final, não reconhecida a maternidade da *de cujus* em relação a H. C. W., o quinhão reservado poderá ser revertido a M. C. C. M.

Pelo exposto, REJEITO A PRELIMINAR E NEGO PROVIMENTO AO RECURSO, mantida a r. decisão agravada por seus próprios fundamentos.

A jurisprudência desta Corte Superior admite a reserva de quinhão nos casos

em que não há herdeiros reconhecidos, como nos casos de investigação de paternidade.

A propósito, as seguintes ementas:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE *POST MORTEM*. RESERVA DE QUINHÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ. *FUMUS BONI IURIS* E *PERICULUM IN MORA*. VERIFICAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. QUALIDADE DE HERDEIRA PARA REQUERER A RESERVA. MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Nos termos da orientação jurisprudencial desta Corte Superior, demonstrados os requisitos da medida cautelar, é possível a determinação da reserva de bens para assegurar quinhão de eventual herdeiro, cuja filiação está sendo demandada em ação de investigação de paternidade. Precedentes.

2. "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida" (Súmula 83/STJ).

3. Ademais, infirmar as conclusões do julgado, para reconhecer que não estão presentes os requisitos para a concessão da medida cautelar, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que encontra vedação na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. A questão acerca da necessidade da comprovação da condição de herdeiro para se requerer a reserva de bens do inventário não foi resolvida pelo Tribunal de origem, tampouco foi objeto de embargos de declaração, não se constatando, assim, o prequestionamento necessário para viabilizar a interposição do presente recurso especial. Incidência, por analogia, da Súmula 356 do Supremo Tribunal Federal.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 471.257/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/6/2015, DJe 3/8/2015.)

Processo civil. Sucessões. Inventário. Ação de nulidade parcial de assento de nascimento cumulada com investigação de paternidade e petição de herança. Reserva de quinhão. Medida Cautelar. Requisitos.

Possibilidade.

- A reserva de quinhão é medida cautelar e, portanto, sujeita aos requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

- O *fumus boni iuris* se verifica presente na propositura da ação de nulidade parcial de assento de nascimento cumulada com investigação de paternidade.

- O *periculum in mora* está caracterizado no pedido de reserva de bens, porquanto a posterior procedência do pedido de investigação de paternidade gerará o desfazimento da partilha com risco de não ser possível repor o monte partível no estado anterior.

Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 628.724/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 3/5/2005, DJ 30/5/2005, p. 370.)

Portanto, tratando-se de provimento acautelatório, pode ser deferida nas situações como a dos autos, mesmo sem a existência de herdeiros reconhecidos.

Além disso, não é possível, em sede de recurso especial, nova análise da prova dos autos para averiguar se estão presentes os requisitos *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, necessários à concessão da tutela cautelar.

Incide, no ponto, a Súmula n. 7/STJ.

Nessa linha:

CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUCESSÕES. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE *POST MORTEM*. MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL. ARROLAMENTO DE BENS E RESERVA DE QUINHÃO. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. INÉPCIA DA INICIAL. NÃO OCORRÊNCIA.

AFERIÇÃO DA PRESENÇA DOS REQUISITOS DA CAUTELAR. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão impugnado examinou, motivadamente, as questões aventadas, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte. Logo, não há que se falar em ofensa ao art. 535 do CPC.

2. Para que seja possível a cumulação de pedidos num único processo (CPC, art. 292), é essencial que eles sejam adequados para o mesmo tipo de procedimento. Caso se tenha por indevida a cumulação, não será o caso de se extinguir integralmente o feito, se viável for o julgamento de um deles.

3. A jurisprudência desta egrégia Corte Superior tem orientação de que, na cumulação imprópria subsidiária ou alternativa, é possível a existência de pedidos incompatíveis entre si, não acarretando a inépcia da inicial. Precedentes.

4. Concluindo a instância ordinária com base no conjunto fático-probatório dos autos que estavam presentes os requisitos necessários ao deferimento da medida cautelar, não é possível reverter tal quadro no apelo nobre, por força do óbice contido na Súmula nº 7 do STJ.

5. Recurso especial a que se nega provimento.

(REsp 1.255.415/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 3/2/2015, DJe 18/2/2015.)

INVENTARIO. HERDEIRO PRETERIDO. REMESSA AS VIAS ORDINÁRIAS. RESERVA DO QUINHÃO. ART. 1.001 DO CPC. "FUMUS BONI IURIS" E "PERICULUM IN MORA".

Tratando-se de verdadeira medida cautelar inserta no bojo do inventário, exigível o preenchimento de seus dois pressupostos: "fumus boni iuris" e "periculum in mora". matéria de prova (Súmula nº. 7-STJ). Ação investigatória de paternidade, ademais, declarada em 1º grau de jurisdição extinta, sem conhecimento do mérito, por impossibilidade jurídica do pedido.

Recurso especial não conhecido.

(REsp 34.323/MG, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 9/10/1995, DJ 11/12/1995.)

Ante o exposto, CONHEÇO em parte do recurso especial e NEGO-LHE PROVIMENTO.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator